

POLÍTICA DE BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS NO ESTADO DO CEARÁ: VALORIZAÇÃO OU PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE?

Ana Gleysce Moura Brito-SEDUC - CE

ana.mourabrito@yahoo.com.br

Arlane Markely dos Santos Freire -SME-Crato - CE

arlanemarkely@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1990, o tema da valorização do magistério da educação básica ganha destaque no debate educacional brasileiro, repercutindo na definição das políticas públicas dirigidas aos professores. Desse modo, o texto parte de uma discussão sobre a pretensa valorização docente propalada pelas políticas educacionais instituídas nas últimas décadas e a crescente precarização das condições de trabalho docente observadas desde então. O estudo tem como objetivo examinar as políticas de bonificação implementadas no estado do Ceará sob o discurso da valorização dos profissionais da educação. De natureza qualitativa, a pesquisa se realizou por meio de revisão bibliográfica referente às temáticas da valorização do magistério, avaliação em larga escala e bonificação salarial.

O texto está dividido em três seções. Na primeira seção, elenca as principais políticas nacionais de valorização docente instituídas a partir da década de 1990; Na seção seguinte, discute a adoção da política de bonificação por resultados no estado do Ceará; Por fim, apresenta as considerações a respeito do estudo desenvolvido.

Políticas de valorização do magistério da educação básica

As políticas para a Educação Básica implementadas a partir dos anos de 1990 atribuíram ao docente posição de destaque ao propagar um discurso de valorização do magistério, que se expressaria em compromissos a serem assumidos pelos governos no que se refere ao estabelecimento de medidas orientadas pelo princípio da valorização profissional. Dentre as políticas dirigidas aos professores, destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 9394/96; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), Lei nº 9.424/96; o Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Lei nº. 11.494/2007; a regulamentação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica, Lei nº. 11.738/2008 e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), substituído pelo atual PNE (PNE 2014-2024), Lei nº 13.005/2014, que estabelece estratégias voltadas à valorização dos profissionais do magistério. Para Carvalho e Wonsik (2015), tais dispositivos, em um primeiro momento, podem indicar avanços significativos para a categoria, contudo, trazem em seu bojo outras medidas que precarizam e intensificam o trabalho docente, revelando uma contradição nos discursos de valorização propagados pelas políticas educacionais instituídas nas últimas décadas.

Avaliação de desempenho mediante testes padronizados e bonificação salarial

A avaliação em larga escala ganha centralidade na política educacional brasileira a partir de 2007, com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A partir da análise dos indicadores do Ideb, o Ministério da Educação (MEC), mediante Plano de Ações Articuladas (PAR), fornece apoio técnico ou financeiro às escolas com os desempenhos mais baixos nas avaliações externas. Nessa conjuntura, os indicadores do Ideb também passam a ser utilizados para promover o ranqueamento entre as escolas, estimulando a competitividade entre as redes, e a responsabilização dos profissionais da educação. Com a implantação do Ideb, inicia-se uma cultura de avaliação baseada na responsabilização forte dos atores educacionais, mediante a criação de programas de bonificação com base nos resultados dos testes padronizados.

De acordo com Brooke (*apud* BONAMINO; SOUSA, 2012), entre as políticas de responsabilização, distinguem-se as de responsabilização branda - políticas *low stakes*-, em que as consequências são apenas simbólicas, e as de responsabilização forte (material) - políticas *high stakes*-, cujas consequências são significativas tanto para os indivíduos quanto para as instituições. Entre as políticas de responsabilização forte, destacam-se as políticas de bonificação salarial, cuja finalidade é conceder um adicional à remuneração dos agentes escolares como reconhecimento pelos bons resultados nas avaliações externas.

No estado do Ceará, a partir de 2007, consolida-se um sistema de avaliação educacional com consequências fortes para os atores educacionais (VALDEVINO, 2018). Nesse contexto, os resultados de desempenho dos alunos no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaece) passam a ser utilizados como parâmetro para o pagamento de bonificação para os docentes e outros profissionais da escola. A criação do programa “Aprender

Pra valer”, em 2009, substituído pelo Prêmio “Foco na Aprendizagem”, em 2017, é expressão dessa política educacional baseada na lógica da responsabilização no estado do Ceará. O programa prevê uma bonificação para os professores e funcionários de até 50 (cinquenta) escolas da rede estadual que atingirem as metas estabelecidas no Índice de Desenvolvimento do Ensino Médio (IDE- Médio), indicador semelhante ao Ideb, calculado com base no desempenho dos estudantes no Spaee e nos indicadores do fluxo do Ensino Médio (CEARÁ, 2017).

Além do “Foco na Aprendizagem”, o prêmio “Escola Nota Dez”, criado pela Lei nº. 14.371/2009, estabelece uma bonificação para as 150 escolas com os melhores resultados no Spaee. A premiação, destinada às redes municipais, é de 2.000 reais para as 150 escolas com os melhores desempenhos, sendo 20% desse valor destinado para a bonificação dos profissionais de educação que contribuíram diretamente para o cumprimento das metas (ARAÚJO; LEITE; ANDRIOLA, 2019). Tais políticas se caracterizam como políticas de responsabilização forte com consequências diretas para os gestores e professores, visto que vinculam repasses financeiros aos resultados das escolas nos testes standardizados.

De acordo com Araújo (2018), a ênfase nos resultados dos testes padronizados afeta o processo educativo e a organização do trabalho pedagógico, uma vez que a definição dos conteúdos curriculares e a organização do trabalho docente passam a ser orientadas de acordo com as matrizes de referências das avaliações externas. A autora argumenta que os indicadores fornecidos pelas avaliações passam a produzir consequências fortes para os atores educacionais em virtude da concessão de prêmios em função do desempenho dos alunos nos testes. Como consequências dessas políticas para o trabalho docente, evidenciam-se o aumento da pressão por produtividade, a reorientação das práticas pedagógicas, a perda da autonomia do professor no tocante ao processo de trabalho e a intensificação do trabalho docente devido à crescente demanda de novas exigências.

CONCLUSÕES

O presente estudo objetivou mostrar que as políticas de bonificação salarial por resultados, disfarçadas sob o discurso de valorização docente, têm servido para legitimar um processo de precarização das condições de trabalho docente. A revisão da literatura revelou que as políticas de incentivo financeiro motivam os profissionais a empreenderem mais energia a fim de produzir melhores resultados, sem, contudo, alterar as condições objetivas de trabalho. Desse modo, contrariando os discursos de valorização docente propagados nas últimas décadas,

as políticas de bonificação salarial corroboram para o processo de intensificação do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, K. H.; ANDRIOLA, W. B.; LEITE, R. H.; Prêmios para escolas e professores com base no desempenho acadêmico discente: a experiência do estado do Ceará (Brasil). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 303-325, jan./abr. 2019.

ARAÚJO, K. H.; LEITE, R. H.; PASSON, E. F. K. Política accountability educacional no Estado do Ceará: repercussões nas Dinâmicas pedagógicas. **Revista Teias**, v. 19, n. 54, p. 95-113, Jul./Set. 2018. Cotidianos, Políticas e Avaliação.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da Educação Básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

CARVALHO; E. J. G. de; WONSIK, E. C. Políticas educacionais atuais: valorização ou precarização do trabalho docente. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Itajaí, v. 15, n. 3, p. 373-393, set./dez. 2015.

CEARÁ, **Lei nº. 16.448**, de 12 de dezembro de 2017. Institui o prêmio foco na aprendizagem, destinado ao quadro funcional das escolas da rede estadual de ensino. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza, 2017.

VALDEVINO, Felipe Gonçalves. **Políticas de Accountability como estratégia para a consolidação do gerencialismo na educação pública cearense (2007-2014)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB, 2018.